

Anteprojeto da Sistematização é bem pior que o de Arinos

Cheio de contradições, o documento trouxe saudades do elaborado pela comissão de notáveis

Jurista diz que está tudo errado

Da Sucursal

São Paulo — Tanto a sugestão do senador José Richa (PMDB-PR) de suspender por até 30 dias a Constituição como o projeto alternativo da nova Constituição que vem sendo elaborado pelo Palácio do Planalto foram recebidos com críticas nos meios políticos e jurídicos de São Paulo.

Para o jurista Gofredo da Silva Teles, professor da Faculdade de Direito da USP, tudo isso é consequência natural do fenomenal erro cometido pelo Presidente da República quando se negou a convocar uma Assembleia Constituinte. "Não temos Assembleia Constituinte, o que temos é o Congresso elaborando a Constituição. O resultado não podia deixar de ser o que foi. Este monstro que é o anteprojeto de Constituição que agora chega a nosso conhecimento", protestou.

Agora, na opinião do jurista, deve-se antes de mais nada eleger o Presidente da República e convocar Assembleia Constituinte desligada do Congresso Nacional: autônoma, livre e soberana. "E tem que ser principalmente independente do Poder Executivo e das tradicionais lideranças políticas para que essa Assembleia elabore a Constituição revolucionária que o País exige", reclamou Teles.

A maior preocupação do jurista está relacionada à pressão que o presidente José Sarney estaria exercendo sobre os constituintes: "Na hora da votação todos vão obedecer ao Presidente que pertence à Velha República".

Sandra rejeita emendas feitas pelo Executivo

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) afirmou ontem, durante o horário reservado às lideranças, na sessão da Assembleia Nacional Constituinte, que seu partido não aceitará qualquer texto que chegue à Assembleia "pré-fabricado pelo Executivo. Se o projeto não é bom, vamos melhorá-lo, sem interferência do Executivo", afirmou.

Defendeu a proposta do senador José Richa (PMDB-PR) de suspender os trabalhos constitucionais por alguns dias para possibilitar a análise mais profunda da crise brasileira. Segundo Sandra Cavalcanti, proposta semelhante já havia sido encaminhada à Mesa da Constituinte por ela, em forma de projeto de decisão, mas "não teve resposta".

O Poder Legislativo está ausente num dos momentos mais críticos do País. Não há como esconder o erro que cometemos quando suspendemos os trabalhos da Câmara e do Senado para intensificar os trabalhos da Constituinte. O legislativo se automutilou", afirmou a deputada, ao cobrar da Mesa um posicionamento sobre a proposta que apresentara em maio.

Já o deputado Jesus Tajra (PFL-PI) confessou-se decepcionado com o resultado dos trabalhos da Constituinte até o momento. "Temos um texto que não honra a cultura jurídica brasileira. Parece mais um regulamento, não uma Constituição", reclamou. Entretanto, o deputado ressaltou que ainda tem esperança de transformar o trabalho em um bom texto.

"Mas para isso é necessário o entendimento no plenário." "Estamos tratando do futuro do Brasil sem olhar o presente". A afirmação do deputado Daso Colimbra (PMDB-RJ) juntou-se a outras no sentido de que a Câmara e o Senado voltem a trabalhar paralelamente à Constituinte.

Montoro: crise leva País às diretas em 88

Rio — Ao participar, ontem, do programa Encontro com a Imprensa, na Rádio Jornal do Brasil, o ex-governador de São Paulo, Franco Montoro, declarou que a crise econômica deverá levar o presidente José Sarney a acatar a vontade de parcela do PMDB favorável a um mandato de 4 anos para Presidente da República. Segundo Montoro, logo após a promulgação da Constituição Brasileira não haverá outra alternativa senão a marcação de eleições diretas para 15 de novembro de 1988 e o presidente Sarney não deverá insistir a tese dos cinco anos de mandato.

"A crise se agrava e, inevitavelmente, uma eleição é sempre um fator de esperança que desfaz a inquietação e o desespero do povo. Além disso, a tradição brasileira é por mandatos presidenciais de 4 anos e o saudoso Tancredo Neves defendia esta tese".

Em uma rápida análise da administração de Sarney, o ex-governador — um dos presidentes do PMDB — disse que nos primeiros meses de seu mandato o Presidente da República soube conduzir bem a transição política, marcando eleições para capitais e municípios considerados de segurança nacional e tirando da clandestinidade os partidos comunistas.

OS TEMAS POLÊMICOS

Veja as diferentes abordagens de pontos como estabilidade no emprego, a reforma agrária, a intervenção do estado na economia e ainda o capital estrangeiro nos anteprojetos

EMPRESA NACIONAL



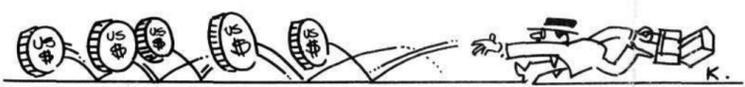
Sistematização: pessoa jurídica constituída e com sede no País e controle acionário e decisório, em caráter permanente e incondicional sob a tutela de pessoas físicas domiciliadas no País.

Afonso Arinos: controle de capital em mãos de brasileiros, constituída e com sede no País, nele tenha o centro de suas decisões.

Consequências: de acordo com o conceito inserido na Sistematização, a empresa nacional não terá, necessariamente, o controle decisório e de capital em mãos de brasileiros. A exigência é que a tutela empresarial fique com administradores domiciliados no País. Para os constituintes

nacionalistas, o conceito é amplo e pode trazer prejuízos para as empresas nacionais propriamente ditas. Já os parlamentares que defendem teses de internacionalização da economia, como o senador Roberto Campos, o conceito aprovado, até agora, está de acordo com a evolução da economia mundial. O recente discurso do presidente Sarney sobre capital estrangeiro deixa antever que ao Executivo interessa que o País esteja receptivo ao investimento externo, de diferentes formas. Possivelmente, o substitutivo que o Governo vem elaborando confirmará os conceitos elásticos para a criação das empresas no País.

CAPITAL ESTRANGEIRO



Sistematização: os investimentos serão admitidos no interesse nacional e regulados na forma da lei.

Afonso Arinos: a lei disciplinará os investimentos que contarão com regime especial para remessa líquida de lucros para o exterior. Os estrangeiros não poderão ser proprietários de terras onde existam jazidas, minas e outros recursos minerais. A lei disporá também sobre meios e formas de nacionalização de empresas de capital estrangeiro nos casos previstos nos planos de desenvolvimento aprovados pelo Congresso Nacional.

Consequências: no anteprojeto da Sistematização, o regime de investimentos de capital estrangeiro está mais adequado à realidade de um País endividado e sem reservas de poupança interna para financiar projetos de infra-estrutura para o seu desenvolvimento. No atual estágio da economia brasileira, colocar o capital estrangeiro numa "camisa de força" nacionalista poderá resultar em excessos de xenofobia. Para os constituintes considerados mais realistas, o importante é que o capital estrangeiro seja regulado em leis que visem os interesses nacionais. E a filosofia de que dinheiro não tem pátria.

INTERVENÇÃO DO ESTADO



Sistematização: a intervenção do Estado na economia, inclusive monopólio, só será permitida para atender imperativos de segurança nacional e interesse da coletividade. Mesmo assim por tempo determinado. As empresas estatais serão criadas por lei especial e serão regidas pelas mesmas leis aplicáveis às empresas privadas. Acabaram-se os privilégios para as estatais. Inclusive seus empregados serão admitidos via concurso público.

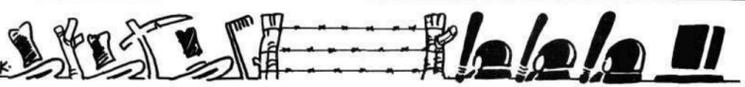
Afonso Arinos: a intervenção poderá ser de forma mediata ou imediata, incluindo controle, estímulo, gestão direta, ação supletiva e participação no capital das empresas. O Estado poderá ainda atuar como agente fiscalizador da atividade privada.

Consequências: a restrição da intervenção do Estado na economia, assegurada no anteprojeto da Sistematização, foi pa-

trocinada pela maioria dos constituintes conservadores que querem garantir livre acesso das empresas privadas ao mercado interno. Estreitamente ligados à classe empresarial, esses constituintes lutarão para que na nova Carta o Estado não tenha tanto arbítrio para interferir na economia. Alegam que o déficit público tem seu componente mais forte nas administrações funestas das empresas estatais, criadas a torto e a direito nos governos militares. A partir de agora, o Estado ficará cuidando dos serviços públicos. A economia ficará com os empresários que sabem ganhar dinheiro e acabam distribuindo a renda melhor do que o Governo, através da geração de mais empregos.

Num País onde o déficit público pode ter chegado a 10% do PIB, o Estado deve estancar a sangria de gastos excessivos ou postergá-los.

REFORMA AGRÁRIA



Sistematização: o anteprojeto do relator Bernardo Cabral apenas transcreveu o que foi aprovado na Ordem Econômica, onde prevaleceu a ótica dos constituintes que defendem o direito inalienável da propriedade rural. Segundo esse conceito, todo imóvel rural estará cumprindo sua função social e, portanto, não passível de desapropriação, quando já for racionalmente produtivo ou estiver em vias de ser.

As indenizações serão pagas em Título da Dívida Agrária apenas para as terras nuas; as benfeitorias terão remuneração em dinheiro. O mecanismo da imissão imediata na posse da terra desapropriada não poderá ser aplicado. O desapropriado contará com ampla defesa na Justiça Agrária e as desapropriações terão necessariamente que passar por uma vistoria prévia.

Afonso Arinos: além de prever o acesso do trabalhador rural à terra onde trabalha, preferencialmente próxima de onde ele habita, o conceito de função social da

propriedade é bem definido: exploração racional da terra, inclusive geração de mão-de-obra.

As propriedades rurais passíveis de receber incentivos fiscais ou créditos subvencionados terão área máxima fixada em lei complementar. O objetivo é evitar que os latifúndios se beneficiem de dinheiro a custos baixos.

Consequências: a reforma agrária contida no anteprojeto da Sistematização dificilmente imporá qualquer avanço para os programas de distribuição de terra. Os conceitos aprovados na Ordem Econômica garantem o direito da propriedade rural e aumentam as garantias dos proprietários contra a mão desapropriadora do Estado. Se o que foi redigido na Sistematização perdurar até o final dos trabalhos, a reforma agrária continuará sendo feita através de projetos de colonização e assentamento de trabalhadores rurais, de preferência em terras públicas e distantes dos mercados consumidores de produtos agrícolas.

EMPREGO



Sistematização: garantia de emprego estável após os 90 dias de experiência. As demissões terão que ser argumentadas em falta grave comprovada judicialmente. Além do fundo de garantia do patrimônio individual, o anteprojeto prevê também o seguro-desemprego, caso dos trabalhadores que perderem seus empregos.

Afonso Arinos: refere-se também a estabilidade mas sem vinculação com períodos de tempo de serviço. Na realidade o conceito de estabilidade atém-se ao Fundo de Garantia que o empregado pode sacar em caso de demissão.

Consequências: num País onde o índice de desemprego é alto e a relação entre

produção e consumo é desequilibrada, a estabilidade empregatícia, após os primeiros três meses, vai frear a disposição dos empresários de aumentarem sua produção. Como consequência, sua folha de pagamento vai encolher. Na opinião de vários constituintes consultados pelo CORREIO BRAZILIENSE, quando o presidente José Sarney afirmou que com o anteprojeto de Cabral o Brasil ficará ingovernável, referia-se, particularmente, à estabilidade no emprego. A grande maioria dos parlamentares acredita que beneficiar os trabalhadores com a estabilidade não resultará numa produção maior. Pelo contrário.

VERA RAMOS
Da Editoria de Política

A saravada de críticas que recaiu sobre o anteprojeto da comissão Afonso Arinos, divulgado no final do ano passado, não foi levada em conta pelos 559 constituintes que, há meses, trabalham no primeiro esboço da Constituição. Para bom entendedor, pelas inúmeras objeções feitas por influentes segmentos da sociedade ao estudo constitucional feito pela Comissão dos Notáveis, era de se supor que os partidos políticos, na Assembleia Nacional Constituinte, partiriam para um anteprojeto constitucional mais calado na realidade social e econômica do País.

No entanto, o anteprojeto sistematizado pelo relator Bernardo Cabral redundou numa acirrada polêmica envolvendo toda a classe política e importantes segmentos de representantes dos trabalhadores. Nem progressistas e nem conservadores assumem a paternidade desse primeiro texto constitucional e

a Assembleia Nacional Constituinte começa a correr sérios riscos de acabar vindo à reboca de decisões que estão sendo tomadas fora do Congresso Nacional. As recentes críticas do presidente José Sarney aos resultados dos anteprojetos aprovados nas Comissões temáticas não ficarão na simples retórica. Apoiado pela área militar, que também deplorou a anistia prevista no arcabouço constitucional de Bernardo Cabral, as prerrogativas do legislativo estão cada vez mais tênues. E o Executivo, através de seus representantes parlamentares, poderá fixar os limites da moldura da próxima Constituição brasileira: um texto à la Sarney.

Tachado de detalhista ao extremo, com 501 artigos, o anteprojeto compatibilizado pela Comissão de Sistematização é uma obra rara em matéria de contradições. Enquanto o capítulo referente à Ordem Econômica inviabiliza qualquer plano realista de distribuição de terras no País, os artigos inseri-

dos na parte da Ordem Social prevêm que os trabalhadores terão estabilidade no emprego, após um período de 90 dias. Para um mercado de trabalho que não consegue absorver os contingentes profissionais que saem das universidades, já é difícil estabelecer na Constituição que todo brasileiro terá direito a um emprego. Estabilidade empregatícia está mais próxima a um texto de ficção científica do que constitucional.

Na ânsia de se fazer uma Constituição que dure muitos anos, a exemplo dos Estados Unidos, os constituintes brasileiros esqueceram-se de que não se pode fazer, ao mesmo tempo, uma Constituição e demagogia política junto aos seus eleitores. Entre tentar agradar gregos e troianos, a Assembleia Nacional Constituinte deveria limitar-se a cuidar dos principais interesses do País que são inúmeros. Questões políticas ou divergências ideológicas ficariam para as discussões no Congresso Nacional.

Cabral descarta 80% das emendas

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, garantiu ontem que o líder do governo Carlos Sant'Anna não terá como levar à frente a ideia de modificar o texto do projeto constitucional, nesta fase dos trabalhos, lançando mão da estratégia de votar em destaque as emendas de mérito que vierem a ser rejeitadas. Isto porque as emendas de mérito não chegarão a ser rejeitadas, pois sequer serão apreciadas. Logo que sejam classificadas serão sumariamente indeferidas pelo presidente da Sistematização, Afonso Arinos, e não voltarão ao plenário da Comissão.

Bernardo Cabral esclareceu que a única saída para o líder Carlos Sant'Anna conseguir o que pretende é o encaminhamento de um recurso à Mesa da Assembleia Nacional Constituinte ao deputado Ulysses Guimarães. Mas neste caso dificilmente teria sucesso, uma vez que o próprio presidente Ulysses Guimarães ratificou a decisão dos líderes partidários de não aceitar emendas modificativas de mérito nesta fase dos trabalhos da Comissão de Sistematização, apenas as emendas de adequação.

Os pedidos de destaque serão aceitos para as emendas apreciadas por mim, que tenham sido aprovadas ou rejeitadas. Como as de mérito não vão ser aproveitadas, sendo indeferidas pelo presidente Afonso Arinos, não poderão ser motivo de destaque — finalizou o relator Bernardo Cabral.

BALANÇO

No balanço do primeiro dia de análise e classificação das 5.607 emendas apresentadas à Co-

missão de Sistematização, o relator Bernardo Cabral constatou ontem ao final da tarde que cerca de 80% são de mérito e deverão ser arquivadas. Das 2.195 propostas codificadas neste primeiro dia, a maioria absoluta versa sobre o direito da propriedade privada, trazendo embutidas questões sobre a Reforma Agrária. Em segundo lugar figuram emendas modificativas referentes ao sistema de governo.

Das mais de duas mil emendas classificadas até ontem, o PMDB foi o partido cujos parlamentares apresentaram o maior número de sugestões, com 1.120, seguido do PFL com 673. O Partido Municipalista Brasileiro ficou na "lanterna", com a apresentação de uma única emenda. O relator Bernardo Cabral mostrou-se surpreso com a quantidade de emendas que ultrapassaram a 5 mil, quando a expectativa era de que seriam encaminhadas à Sistematização não mais de 2 mil propostas.

Este grande acúmulo de emendas de mérito o levou a considerar que talvez seja prejudicial o prazo de discussão e votação do projeto com as emendas, pois o trabalho de classificação e apreciação tornou-se difícil. Com a apresentação de emendas modificativas, cada uma está sendo analisada demoradamente para ser definida como de mérito ou adequação. Mas Bernardo Cabral garantiu que até o próximo domingo a matéria terá sido votada.

Depois do dia 27 de agosto, ai sim, eu irei apresentar o meu projeto de Constituição, elaborado por mim — prometeu o relator.

Sant'Anna confia no sucesso da tática

O líder do governo Carlos Sant'Anna continua firme na sua disposição de alterar substancialmente o projeto de Constituição elaborado pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, principalmente no que diz respeito ao sistema de governo, votando em destaque emenda modificativa que institui o parlamentarismo mesclado com um presidencialismo forte, como prevê o bloco de emendas patrocinado por parlamentares do "Centro Democrático".

Ontem, ignorando a decisão do presidente da Constituinte Ulysses Guimarães de determinar o arquivamento das emendas de mérito, que serão indeferidas pelo presidente da Sistematização Afonso Arinos, Carlos Sant'Anna disse que a questão terá de ser decidida no voto pela Comissão, onde, presume, seu grupo é majoritário.

Eu não acredito que o senador Afonso Arinos vá indeferir cerca de 5 mil emendas de mérito. Seria um golpe de galão, e ele não tem idade para isso — previu Carlos Sant'Anna.

O líder do governo conta com a possibilidade de que as emendas de mérito rejeitadas sejam remetidas ao plenário da Sistematização, quando então entrará em ação os parlamentares do Centro Democrático para apro-

var com destaques as de interesse do governo. "O deputado Bernardo Cabral não tem que aceitar estas emendas, mas tem de apreciá-las, aprovando ou rejeitando. No plenário da Comissão, quem tiver mais votos ganha esta questão".

Para defender o seu raciocínio, Carlos Sant'Anna parte do princípio de que a Constituinte é soberana e o regimento interno é figura menor. "Já tendo sido desrespeitado pelo próprio presidente Ulysses Guimarães, ao estender o prazo de apresentação de emendas na fase das subcomissões", lembra. Se 80% das emendas apresentadas são de mérito, ele observa que isto é um indicativo de que a maioria dos 559 constituintes entende que nesta fase dos trabalhos tem cabimento as emendas de conteúdo, ficando o regimento em segundo plano.

Referindo-se com críticas a todo momento ao projeto do relator Bernardo Cabral, o líder Carlos Sant'Anna reafirma que ele tem de ser modificado no âmbito da Sistematização, pois se for como está para o plenário da Constituinte, não terá mais conserto. "Ninguém controla 559 constituintes gritando em cima de um projeto que não tem unidade. A Comissão de Sistematização é que tem de decidir isso agora".

Sarney: texto não passará na forma em que está hoje

O presidente José Sarney voltou ontem a criticar o anteprojeto da constituinte afirmando que o texto, como está, é inviável, e não será aprovado pelos constituintes, pois não haverá condições para isso. O Presidente disse que só um novo texto, com unidade, poderá ser aprovado.

O Presidente da República, que retornou de sua viagem ao Peru, resolveu antecipar para os dias 15, 16 e 17 próximos a viagem que faria à Argentina nos dias 17, 18 e 19. O ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodre, disse que a antecipação atende a interesses do Presidente, mas a decisão tem caráter político porque, com ela, ele permite que o presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Gui-

marães, assuma a Presidência da República e ainda poderá presidir a convenção peemedebista nos dias 18 e 19. Com isso, afasta a possibilidade do senador Afonso Camargo, um dos defensores de eleições diretas e do encurtamento do mandato presidencial de comandar a convenção.

SEM PROPOSTA
"Temos de ver que há ainda muita coisa pela frente". Foi a resposta do Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto ao ser indagado ontem sobre o que achava da decisão do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, rejeitando as cerca de 200 emendas ao anteprojeto de Constituição, do relator, Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Ulysses: Tem que dar certo

O deputado Ulysses Guimarães disse, após um encontro de uma hora com o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, no final da tarde de ontem, que a Constituinte "precisa dar certo e vai dar certo", fazendo uma Constituição à altura das necessidades do País e "demonstrando a competência do Poder Civil".

A nova Constituição, disse Ulysses, será um pacto histórico, não para resolver as necessidades conjunturais do presente mas visando alcançar o desenvolvimento futuro do País.

O ministro Aureliano Chaves disse, por sua vez, que na conversa de avaliação com o presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, houve "uma perfeita sintonia de pontos de vista". Segundo Aureliano, a Constituição precisa ser consensual para ser duradoura e "não refletir o pensamento de majorias ocasionais". Para que promova a maior convergência possível de pontos de vista e reflita as tendências médias do povo brasileiro, a nova Constituição deverá também ser "menos analítica e mais sintética".

"Tenho confiança", atalhou Aureliano, "que sob a presidência de Ulysses Guimarães o Brasil vai ter uma Constituição duradoura, avançada e a altura do momento que estamos vivendo. Que não seja conservadora mas reformista e progressista, aberta aos aspectos sociais".

Para o deputado Ulysses Guimarães, todas as sugestões e contribuições encaminhadas à Constituinte, inclusive as que forem enviadas Presidência da República serão acatadas e avaliadas pelo seu mérito, isto é, pela autoridade do seu argumento e nunca pelo argumento de sua autoridade.

Afif sugere maior prazo ao relator

São Paulo — O deputado federal Guilherme Afif Domingos (PL/SP) defendeu em São Paulo, a tese de se conceder um prazo de 30 dias ao relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), para que ele possa elaborar novo texto de anteprojeto da Constituição a ser colocado em discussão no plenário.

— O texto apresentado é inviável para receber emendas. Justificou Afif Domingos, ao participar do seminário "Os agentes econômicos na nova Constituição", promovido pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), e pelo jornal O Globo.

Segundo o parlamentar, "como haveria necessidade de alterar o regimento interno da Constituinte para que a proposta possa se tornar viável, o encaminhamento seria através de um requerimento com 270 assinaturas, que entraria em votação no plenário. "Desde que haja um consenso entre a maioria, o plenário tem a liberdade de introduzir alterações no regimento".

Costa Couto negou que o Governo tivesse apresentado qualquer emenda. Até porque, lembrou "o regimento da Constituinte é claro e determina que propostas à Constituinte somente podem ser apresentadas por deputados".